



Município de Santo Antônio de Pádua

Estado do Rio de Janeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EDITAL 003/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 020/2017

OBJETO: fornecimento de Material Hidráulico e de Infraestrutura, para atender as Secretarias de Educação, de Fazenda, de Administração, de Planejamento e Gestão, de Defesa Civil e Ordem Pública, de Agricultura e de Obras, Infraestrutura Urbana e Rural, Meio Ambiente, Turismo Esporte e Lazer, Assistência e Desenvolvimento Social

PROCESSO ADMINISTRATIVO 6085/2016

EDITAL: 003/2017

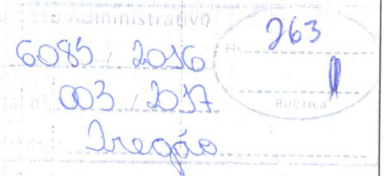
PREGÃO PRESENCIAL

HOMOLOGAÇÃO: 08/03/2017

EMPRESA: Faro Comercial Ltda

ENDEREÇO: Rua Antônio da Motta Leite, 70, Influência, Carmo/RJ.

CNPJ: 17.069.079/0001-00



Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, na sala da Secretaria Municipal de Administração do Município de Santo Antônio de Pádua, situado na Praça Visconde Figueira, nº57, segundo andar, Centro, Santo Antônio de Pádua/RJ, o responsável pelo Órgão Gerenciador, Sr^a. Josilene de Oliveira Rocha, nos termos do Decreto Municipal nº 146/2009 e alterações posteriores, face a classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL através do procedimento do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para eventual fornecimento de material hidráulico e de infraestrutura, segundo critérios estabelecidos no EDITAL 003/2017 e, ainda, em virtude da deliberação do Exm^o Sr. Prefeito Municipal, Sr. Josias Quintal de Oliveira, decidindo-se pela homologação do resultado da licitação, resolve, registrar os preços apresentados pela empresa Faro Comercial Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº17.069.079/0001-00, representada por Carlos Eloan Thomaz de Souza, portador (a) da carteira de identidade nº094307782 IFP/RJ, conforme abaixo:

ITEM	QUANT	UNIT	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIT	TOTAL
024	720	Uni	Tubo de esgoto PVC 100mm x 6m	68,20	49.104,00
026	770	Uni	Tubo de esgoto PVC 200mm x 6m	262,70	202.279,00
TOTAL					251.383,00

1. O Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, observada a necessária publicação, prorrogável na forma da lei, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

2. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações nos termos da Lei Federal nº8.666/93 e alterações posteriores.

3. A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Município de Santo Antônio de Pádua, que não tenha participado do presente certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador.

4. O fornecimento deverá ser realizado conforme solicitação do órgão gerenciador ou dos respectivos órgãos e após a emissão da Nota de Empenho.

4.1. O fornecedor deverá retirar a Nota de Empenho dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos após a convocação realizada pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

4.2. O material objeto deste contrato deverá ser entregue no endereço de cada órgão solicitante no prazo máximo 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada da Nota de Empenho.

4.3. Por prazo de entrega entende-se o prazo considerado até que os materiais sejam descarregados e recebidos no local de entrega fixado pelo Município de Santo Antônio de Pádua/RJ.

4.4. Qualquer alteração do prazo de entrega dependerá de prévia e expressa aprovação, por escrito, do Município de Santo Antônio de Pádua / RJ.

5. O **recebimento provisório** dos materiais não configura o aceite. Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no **artigo 73, inciso II, alínea "b", da lei 8.666/93**, após conferência quantitativa e qualitativa devidamente atestada na Nota Fiscal correspondente não excluindo a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional.

6085/2016
003/2017
Seregão

6. O fornecedor obriga-se a:

6.1. Cientificar o Município de qualquer ocorrência anormal na execução do **fornecimento**;

6.2. Responder por quaisquer danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, nos termos do **art. 70 da Lei nº 8.666/1993**;

6.3. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada pelos seus empregados nas instalações do Município.

6.4. Não fornecer qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Conmetro (**Inciso VIII, Art. 39, Lei 8.078/1990**).

6.5. Descarregar os materiais nos locais de entrega.

6.6. Fornecer somente peças originais de 1º uso e/ou similares, desde que compatíveis com as referências originais.

6.7. Fornecer todas as peças e elementos para fixação em aço inoxidável.

6.8. Fornecer todas as peças com garantia do fabricante contra defeito de fabricação de no mínimo 03 (três) meses, contados a partir do recebimento e atestação definitiva dos materiais pelo CONTRATANTE.

6.9. Efetuar a substituição, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, de todo e qualquer material que durante o período de garantia venha a apresentar defeito de fabricação/embalagem violada, validade vencida, e outras não conformidades é de **até 48 (quarenta e oito) horas**, a partir da data da comunicação pelo CONTRATANTE.

7. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante adimplemento de cada parcela da obrigação, através de cheque nominal ou depósito em conta bancária indicada, por intermédio da apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência ao objeto executado. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

7.1. Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, serão devidos pelo Contratante 0,033%, por dia, sobre o valor da parcela devida, a título de compensação financeira.

7.2. Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (seis por cento).

7.3. Entende-se por atraso o prazo que exceder **30 (trinta) dias** da apresentação da fatura.

7.4. Ocorrendo antecipação no pagamento dentro do prazo estabelecido, o **Município de Santo Antônio de Pádua** fará jus a um desconto de 0,033% por dia, a título de compensação financeira.

8. O fornecedor terá seu registro de preços cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar a respectiva Nota de Empenho, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

d) estiverem presentes razões de interesse público.

9. O fornecedor poderá solicitar o seu cancelamento do Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução das condições assumidas, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

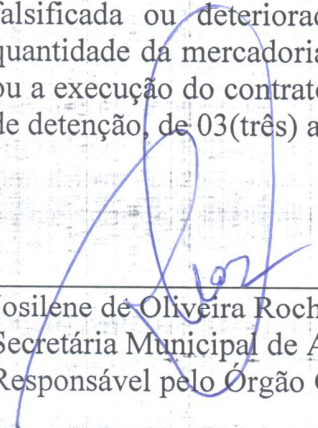
10. Ocorrendo atraso injustificado no fornecimento do **objeto**, por culpa do fornecedor, ser-lhe-á aplicada multa moratória de **1% (um por cento)**, por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se em mora independente de notificação ou interpelção.

11. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços e retirar a nota de empenho no prazo estipulado, importa inexecução total da obrigação, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, hipótese em que a licitante vencedora estará sujeita à aplicação das penalidades previstas no presente edital, inclusive multa compensatória de **20% (vinte por cento)** sobre o valor da parcela inadimplida, facultando o **Município de Santo Antônio de Pádua** a convocar a licitante remanescente, na forma do **artigo 64, § 2º da Lei Federal nº8.666/93**.


12. Os danos e perdas decorrentes de culpa ou dolo do fornecedor serão ressarcidos ao **Município de Santo Antônio de Pádua** no prazo máximo de **03 (três) dias**, contados de notificação administrativa, sob pena de multa de **0,5% (meio por cento)** sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

13. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo Município à adjudicatária, ou cobrado judicialmente.

14. É vedado elevar arbitrariamente os preços, vender como verdadeira ou perfeita mercadoria falsificada ou deteriorada, entregar uma mercadoria por outra, alterar substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida, tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato, conforme previsto no art. 96 da Lei 8.666/93, sujeitando-se o infrator à pena de detenção, de 03(três) a 06(seis) anos sem prejuízo das sanções acima elencadas.



Josilene de Oliveira Rocha
Secretária Municipal de Administração
Responsável pelo Órgão Gerenciador



Faro Comercial Ltda ME
Carlos Eloan Thomaz de Souza

Faro Comercial Ltda.
17.069.079/0001-00
R. Antonio da Motta Leite, 70
Inhambupe - Cep 28.840-000 - Camo- RJ

Processo Administrativo	
Nº	6085 / 2016
Editat nº	003 / 2017
Modalidade	Preços

265